



Para este número estival, a Acta Pediátrica Portuguesa (APP) preparou um conteúdo variado, que esperamos seja do interesse da maioria dos leitores. No entanto, não é um número “ligeiro”, pois as revistas científicas não devem ser para “ler numa semana e deitar fora”, quando chega a edição seguinte.

Os Editores ressaltam dois artigos sobre um tema particularmente actual – a infecção por rotavírus – através da publicação de um Comentário Editorial, para o qual foi convidada a actual Presidente da Secção de Gastroenterologia e Nutrição da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP). Os artigos referidos apenas têm em comum o tema de base e a sua leitura é complementar; o Comentário Editorial permite, numa visão global, enquadrá-los no contexto actual. A política editorial de solicitar comentários a alguns artigos, em cada número, é comum em muitas revistas internacionais de referência e não deve ser encarada como uma indicação editorial de maior qualidade – embora tal facto possa ser coincidente – mas sim como a oportunidade para contribuir ao debate e incentivar a reflexão sobre temas importantes. Esta prática foi iniciada há já alguns números e a boa resposta avaliza a sua continuação.

Chama-se a atenção para os restantes artigos (originais, casuísticas e relatos de casos), pois versam de forma muito interessante várias áreas da pediatria. Pela sua originalidade, realçamos o estudo de Parada *et al* sobre condições de habitabilidade das creches de um concelho da Região Centro do País. A nossa Pediatria, muito centrada nos cuidados secundários e no âmbito hospitalar, não deve esquecer a importância do ambulatório, não apenas na continuação de cuidados das crianças doentes mas também no meio onde se encontram as crianças saudáveis. A saúde escolar tem sido um dos “parentes pobres” da Sociedade Portuguesa de Pediatria e da Pediatria em geral. Não se justificaria uma Secção dedicada a esta área? Ou esta é assumida pelas secções de Pediatria Ambulatória e de Medicina dos Adolescentes?

Uma última nota para dois documentos institucionais publicados neste número: a actualização do Consenso Nacional sobre nutrição parentérica no recém-nascido, emanada pela Secção de Neonatologia, e a divulgação dos Critérios de Idoneidade e Capacidade Formativa, redigidos pelo Colégio de Pediatria da Ordem dos Médicos. São ambos documentos importantes, de dimensões muito diferentes. A APP alerta para os requisitos referentes à actividade científica que o Colégio de Pediatria estabelece, particularmente a exigência aos Serviços de

“Pelo menos três artigos científicos publicados nos últimos 3 anos (excluindo *abstracts*) em revistas de mérito reconhecido” e a “Assinatura (em papel ou *online*) de três revistas pediátricas de língua estrangeira indexadas e duas de língua portuguesa”.

A APP contribui para o cumprimento destes requisitos através do envio gratuito da revista a todos os hospitais onde existe Serviço de Pediatria e tem-se empenhado na garantia da qualidade clínica e científica do seu conteúdo. Não cabe à própria APP pronunciar-se sobre se é ou não uma revista de “mérito reconhecido”. Em termos internacionais, deve-se ter a humildade de perceber as razões da recente recusa de indexação na Medline®. Resta-nos, a nível nacional, a responsabilidade de continuar a trabalhar (editores, revisores e autores) para manter uma posição de referência.

No número anterior ficou bem expresso que estamos a atravessar um período de reflexão, mesmo de crise de identidade e de missão, na sequência do fracasso da segunda tentativa de indexação nessa base internacional. A reflexão sobre o carácter e os objectivos que devem reger esta revista compete não só ao Conselho Editorial e à Direcção da Sociedade Portuguesa de Pediatria (SPP), mas também à Pediatria em geral. A Pediatria portuguesa e a SPP precisarão de uma revista científica própria? O que é que deve ser publicado numa revista nacional de pediatria, de pequena dimensão (na perspectiva mundial)? Deve privilegiar-se a divulgação institucional (Normas, Recomendações, Consensos) e a formação contínua (através de Artigos de Actualização e de Relatos de Casos)? Tem futuro a aposta na publicação de investigação original pediátrica nacional? Deve manter-se a estratégia pedagógica de “revisão pró-activa” dos manuscritos, procurando melhorar os conhecimentos de desenho de estudo, análise de dados e redacção científica dos autores portugueses? Pode a APP ser considerada uma das revistas de “mérito reconhecido” que exige o Colégio de Pediatria? Seria interessante ouvir a opinião dos leitores e dos responsáveis pelos Serviços de Pediatria do País.

Pessoalmente, a actividade de mais de três anos e meio como coordenador de edição da APP termina neste número, com a consciência de ter desenvolvido o trabalho possível e de ter sido atingida a maioria dos objectivos definidos no início de 2005 pela Direcção da SPP e pela Direcção da APP. Fica o fracasso da indexação. É uma responsabilidade partilhada por todos.

Correspondência:

Daniel Virella
Co-coordenador de Edição da Acta Pediátrica Portuguesa
app@spp.pt